

MARINO PAZZAGLINI FILHO

LEI DE INELEGIBILIDADE COMENTADA

Legislação e jurisprudência atualizadas
Leis da Ficha Limpa e da Minirreforma Eleitoral

© 2013 by Editora Atlas S.A.



Capa: Leonardo Hermano
Composição: Lino-Jato Editoração Gráfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pazzaglini Filho, Marino

Lei de inelegibilidade comentada : legislação e jurisprudência atualizadas : Leis da Ficha Limpa e da minirreforma eleitoral / Marino Pazzaglini Filho. -- São Paulo : Atlas, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-8863-6

1. Administração pública e moralidade
2. Direito eleitoral – Brasil
3. Direitos políticos – Brasil
4. Eleições – Leis e legislação – Brasil
5. Inelegibilidade (Direito eleitoral) – Brasil I. Título.

14-00887

CDU-342.815(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Inelegibilidade : Lei da Ficha Limpa : Direito eleitoral 342.815(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

Sumário

Prefácio, xi

1 Inelegibilidades, 1

1 Elegibilidade e inelegibilidade, 1

2 Inelegibilidade, 2

2.1 Conceito, 2

2.2 Espécies, 3

3 A Lei de Inelegibilidade (LC nº 64/90), com destaque para as alterações introduzidas pela LC nº 135/10 – Lei da Ficha Limpa, 4

2 Elegibilidade, 6

1 Conceito, 6

2 Requisitos de elegibilidade, 7

3 Dos direitos políticos, 10

1 Perda ou suspensão dos direitos políticos, 11

1.1 Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos (art. 15, III, da CF), 12

4 Inelegibilidades constitucionais, 15

1 Inelegibilidades inata e cominada, 15

2 Inalistáveis e analfabetos (art. 14, § 4º, da CF), 16

2.1 Inalistáveis, 16

2.2 Analfabetos, 17

3 Reeleição à chefia do Poder Executivo, 18

4 Inelegibilidade reflexa do cônjuge (ou companheiro) e de parente (art. 14, § 7º, da CF), 20

5 Inelegibilidades infraconstitucionais – causas originárias de sanções, 23

- 1 Perda do mandato parlamentar (alínea *b*), 23
- 2 Perda do mandato executivo (alínea *c*), 26
- 3 Condenação por abuso do poder econômico ou político pela Justiça Eleitoral (alínea *d*), 27
- 4 Condenação criminal transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado (alínea *e*), 31
- 5 Indignidade do oficialato (alínea *f*), 34
- 6 Rejeição de contas (alínea *g*), 35
- 7 Condenação por abuso do poder econômico ou político de servidores ou empregados da Administração Pública (alínea *h*), 40
- 8 Direção, administração ou representação de estabelecimento de crédito, financiamento ou seguro em liquidação (alínea *i*), 41
- 9 Condenação por captação ilícita de sufrágio, gastos ilícitos de campanha e condutas vedadas (alínea *j*), 42
- 10 Renúncia de má-fé de mandato ou cargo eletivo (alínea *k*), 49
- 11 Condenação por ato doloso de improbidade administrativa à sanção de suspensão dos direitos políticos (alínea *l*), 50
- 12 Exclusão do exercício da profissão por infração ético-profissional (alínea *m*), 53
- 13 Desfazimento fraudulento de vínculo conjugal ou união estável (alínea *n*), 54
- 14 Demissão do serviço público (alínea *o*), 55
- 15 Condenação por doação eleitoral ilegal (alínea *p*), 56
- 16 Aposentadoria compulsória, perda do cargo ou exoneração de Magistrado ou membro do Ministério Público (alínea *q*), 58

6 Inelegibilidades infraconstitucionais – causas originárias do exercício do mandato, cargo ou função pública, 60

- 1 Desincompatibilização, 63
- 2 Prazos de desincompatibilização, 66
 - 2.1 Eleições presidenciais (Presidente e Vice), 66
 - 2.1.1 Até seis meses antes das eleições, 66
 - 2.1.2 Até quatro meses antes das eleições, 67
 - 2.1.3 Até três meses antes das eleições, 67
 - 2.2 Eleições gerais, 67
 - 2.2.1 Governador e Vice-Governador, 67
 - 2.2.2 Senador e Deputado, 68
 - 2.3 Eleições Municipais, 68
 - 2.3.1 Prefeito e Vice-Prefeito – até quatro meses antes das eleições, 68
 - 2.3.2 Vereador – até seis meses antes das eleições, 68
- 3 Ministério Público, 68

7 Exame das condições de elegibilidade e das causas de inelegibilidade, 70
8 Arguições de inelegibilidade (art. 2º), 74
9 Ação de impugnação do pedido de registro de candidatura (arts. 3º a 15), 76
10 Contagem de prazos processuais (art. 16), 83
11 Substituição de candidato (art. 17), 84
12 Da declaração da inelegibilidade e a chapa majoritária (art. 18), 86
13 Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE – arts. 19 a 22), 89
14 Livre convicção do juiz ou do tribunal eleitoral (art. 23), 95
15 AIJE – eleições municipais (art. 24), 97
16 Crime eleitoral (art. 25), 98
17 Disposição transitória (art. 26), 100
18 Afastamento da inelegibilidade (art. 26-A), 101
19 Prioridade dos processos de abuso de poder econômico e político (art. 26-B), 102
20 Suspensão cautelar da inelegibilidade (art. 26-C), 104
21 Das disposições finais (arts. 27 e 28), 107
Anexo A – Lei de Inelegibilidades – Lei da Ficha Limpa, 109
Anexo B – Lei nº 12.891, de 11.12.2013 – Lei da Minirreforma Eleitoral, 123
<i>Bibliografia</i> , 135
<i>Índice remissivo</i> , 137